

INSTRUIR PARA A PREVENÇÃO É ATUAR COM CAUTELA: A PUERICULTURA NO PIAUÍ DURANTE AS DÉCADAS DE 1930 E 1940

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO*

Resumo: O artigo tem o objetivo de analisar as iniciativas de puericultura que eram realizadas nas escolas e estabelecimentos de saúde para a orientação de mulheres no cuidado com as crianças no Piauí nos anos 1930 e 1940. A preocupação com a saúde infantil adquiriu caráter mais efetivo a partir de ações variadas de saúde por meio dos procedimentos de puericultura, que objetivava a promoção do desenvolvimento infantil saudável com caráter preventivo. Para a análise foram utilizadas como fontes a legislação, jornais e revistas médicas, além da bibliografia específica. Com a realização da pesquisa, observou-se que as iniciativas baseadas na puericultura eram direcionadas para orientar a atividade materna, estando vinculadas a um ideário que defendia a proteção da saúde infantil como assunto de relevância nacional.

Palavras-chave: História. Assistência à saúde. Puericultura. Mães. Crianças.

Instructing for preventions is to act with caution: child care in Piauí during the 1930 and 1940 decades

Abstract: The article aims to analyze the childcare initiatives that were carried out in schools and health establishments for the guidance of women in caring for children in Piauí in the 1930s and 1940s. The concern with children's health acquired a more effective character from varied health actions through childcare procedures, which aimed to promote healthy child development with a preventive character. For the analysis, legislation, newspapers and medical journals were used as sources, in addition to the specific bibliography. With the realization of the research, it was observed that the initiatives based on childcare were directed to guide maternal activity, being linked to an ideal that defended the protection of child health as a matter of national relevance.

Keywords: History. Health care. Childcare. Mothers. Kids.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História UESPI/UF RJ. Líder do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana). Líder do GT de História da Saúde e das Ciências da ANPUH- PI. E-mail: joseannezsm@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa que se apresenta tem como proposta analisar as formas pelas quais o ideário, as técnicas e as práticas de puericultura foram discutidas e implantadas no Piauí, visando a preservação da saúde infantil no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940. Para isso, aborda a discussão de médicos, políticos e professores sobre a emergência da especialidade médica para prevenir as doenças e, com isso, ajudar a remediar os elevados índices de mortalidade infantil, avaliar como ocorria o ensino da puericultura em disciplinas e em cursos para a clientela feminina que frequentava as instituições escolares de nível básico, bem como identificar como eram realizadas as orientações das técnicas e das práticas de puericultura para mães.

A saúde pública era bastante limitada até o começo dos novecentos no Piauí; dessa forma, a sistematização e a implantação de uma política de orientação sobre a preservação da saúde infantil ainda não tinham condições de serem viabilizadas, embora discussões nesse sentido já ocorressem nacionalmente desde o século XIX. A organização administrativa, além da estruturação e o funcionamento mais efetivo dos serviços de saúde pública, começou a ser identificada a partir da década de 1930, quando os poderes públicos do Estado, representados pelo Interventor Leônidas Mello, passaram a responsabilizar-se sobre o amparo à infância. Essa condição vinculava-se com a política de Getúlio Vargas, que defendia a criança como assunto nacional, cabendo a ela a responsabilidade pelo desenvolvimento do país em um futuro próximo.

A puericultura possuía como foco a promoção do desenvolvimento físico, mental, emocional e moral de acordo com aquilo que era considerado pelos médicos como normal para cada faixa etária, visando a conservação da saúde geral das crianças. No Piauí, essa preocupação adquiriu caráter mais visível a partir de ações variadas que envolviam políticos, além dos profissionais da saúde e da educação, na conscientização da relevância da atuação científica nos assuntos de saúde e doença, o que legitimava o ensino dos procedimentos baseados na puericultura. Tais práticas, que consistiam basicamente em instruções e técnicas de higiene, alimentação e acompanhamento médico, ocorriam por meio de iniciativas entre as quais podem ser destacadas as disciplinas escolares, cursos de curta duração, palestras e concursos de robustez infantil.

As orientações baseadas nas noções de puericultura também eram disseminadas durante as consultas e os exames realizados em postos de higiene, lactários, centros de saúde e hospitais, que serviram para manter a saúde infantil. Cabe destacar que a preocupação com a saúde materna era apenas instrumental, pois ocorria apenas à medida que houvesse possibilidade de afetar a criança. Nesse sentido, as iniciativas de ensino da puericultura eram distintas de gênero pois estavam direcionadas apenas para orientação de mulheres, que já exerciam a maternidade ou que futuramente deveriam tornar-se mães, conforme aqueles que acreditavam na naturalização desse papel, esperando-se que elas cumprissem o papel de uma maternidade científica.

As fontes primárias utilizadas na pesquisa foram produzidas nos âmbitos local e nacional durante os anos 1930 e 1940. Entre elas pode-se destacar o Jornal Diário Oficial do Piauí, que publicou os estatutos que regulamentavam o funcionamento das associações filantrópicas, os decretos-lei que estabeleciam as normas de atuação dos órgãos públicos de proteção infantil e as notícias sobre as iniciativas de proteção à saúde infantil que eram desenvolvidas por meio da parceria entre a filantropia e os poderes públicos. Para a análise desse material documental foi utilizada uma bibliografia que trata da história política, história da saúde, história da infância e história da assistência, podendo-se destacar: Scott (1995), Martins (2005), Fonseca (2007) e Freire (2009).

O ESTABELECIMENTO DA PUERICULTURA E A PROTEÇÃO INFANTIL

A articulação do ideário de valorização da infância adquiriu maior dimensão entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Momento de início de um amplo movimento reformista internacional liderado por médicos e pelo movimento de mulheres feministas e não feministas, ao defender a necessidade de intervenção do Estado para atender as mães pobres e seus filhos (MARTINS, 2005). Os agentes sociais que participaram desse movimento tiveram atuação efetiva nos debates sobre os direitos desse público, tornando possível o planejamento e a implementação de ações a partir de deliberações resultantes da Organização Internacional do

Trabalho no ano de 1919 e da Declaração de Genebra em 1921, expressando uma nova atitude diante da infância e também da maternidade.

A infância adquiriu novos significados no mundo ocidental em meio às grandes transformações que marcaram o período de final do século XIX e começo do século XX. O médico Arthur Moncorvo Filho, considerado como um dos pioneiros na área da puericultura, foi o líder de um movimento para a proteção da saúde infantil no Rio de Janeiro. As precariedades nas condições de higiene e de saúde da população causavam preocupação, mas, sobretudo, as taxas altas de mortalidade infantil provocavam muitas críticas acerca da falta de atuação efetiva dos poderes públicos. Os médicos contribuíram ativamente para essa reação ao fornecer estatísticas oficiais ou pessoais, lançando o alerta sobre os óbitos infantis, um problema que atingia crianças de todos os setores sociais, sendo mais grave nos mais pobres (MARTINS, 2008).

Nesse contexto, o envolvimento dos médicos com a questão da higiene infantil tornou-se mais notável na Europa, onde se destacou a França, mudando paulatinamente o tom de seus discursos ao realçar os efeitos políticos. A mortalidade infantil e a queda da fertilidade entre as mulheres “foi considerada ameaça potencial de despovoamento e tornou-se um dos alvos da ampla política desenvolvida no período, quando a 'obsessão natalista' transformou a maternidade em questão de Estado.” (FREIRE; LEONY, 2011, p. 200). As leis e os regulamentos visando a proteção social voltadas para mães e filhos, em que pese a saúde, foram também influenciadas pelos movimentos feministas com reivindicações de caráter maternalista, que incluíam as mães e não somente as crianças, pois tratava-se de um binômio inseparável particularmente no período da gestação e primeiros anos da infância.

Enquanto em vários países europeus os movimentos de proteção, a exemplo da França, encontraram seu apogeu nos anos 1920, no Brasil, os vários problemas apontados por Moncorvo Filho na virada dos oitocentos, mantiveram-se basicamente inalterados, uma vez que as iniciativas de proteção eram experimentais e isoladas, não fazendo parte de um planejamento pautado em políticas públicas de saúde.

Foi entre as décadas de 1930 e de 1940, sobretudo durante o Estado Novo, que o poder público promoveu a articulação de ações nacionais para o amparo infantil. No Brasil, a defesa de que a solução dos problemas que promoveriam o desenvolvimento dependeria da proteção infantil passou a estar cada vez mais presente nas discussões dos intelectuais e dos políticos. Nesse sentido, as iniciativas no campo da saúde tornaram-se mecanismos importantes de fortalecimento do poder público do governo central, “[...] as mulheres e as crianças, se destacaram como foco de atenção na política social de Vargas e constituíram elementos-chave do projeto político-ideológico de construção nacional [...]” (FONSECA, 2007, p. 49).

Para a concretização do projeto de desenvolvimento do Brasil, que tornava a infância um recurso importante, era imprescindível a doação das mulheres no cumprimento de suas funções maternas. A medicalização das mães era parte de um planejamento amplo no qual a missão civilizadora resultou em um projeto de reorganização da sociedade.¹ Uma importante mudança que contribuiu com a medicalização foi a inserção dos médicos nas famílias. Conforme Engel (2004), assim fazendo, instalavam-se distribuindo consultas, remédios e orientações sobre as questões referentes aos aspectos relacionados à constituição física e mental. Para isso usavam argumentos de autoridade, respaldados na formação científica.

A aceitação do poder médico pela família foi essencial para que o Estado reconhecesse e fortalecesse sua autoridade. Foi essa condição que propiciou a parceria com o Estado nas questões de saúde pública. As mulheres e as crianças eram personagens centrais de um conjunto de medidas preventivas usadas para “[...] prevenir a doença, prolongar a vida e promover a saúde física e mental [...]” (ALMEIDA, 1971, p. 16). Portanto, foi por meio do estabelecimento de uma confiança crescente no meio familiar que os médicos atuavam na modificação dos hábitos e comportamentos visando à manutenção da saúde.

Segundo Gesteira (1945), nesse contexto, a especialidade médica da puericultura tinha o objetivo de conservar a condição saudável das crianças, para que chegassem ao mundo e se desenvolvessem normalmente, promovendo o amparo e a defesa contra os múltiplos perigos que as ameaçariam, em consequência da ação maléfica dos fatores ambientais e sociais. Esse interesse dirigia-se ao público de todas as camadas sociais, mas colocava-se como mais necessária àqueles

que pertenciam aos setores pobres, por causa da maior vulnerabilidade social que colocava a saúde em maiores riscos.

O ideário da maternidade exercida a partir das referências da medicina tornou-se um apelo para que as mulheres continuassem exercendo suas funções de mães, só que ressignificadas de acordo com as ideias científicas. As mulheres eram transformadas em formadoras de cidadãos saudáveis. Para Besse, os médicos defendiam que as mulheres precisavam com urgência de uma “[...] compreensão racional e ‘científica’ do desenvolvimento infantil e dos modernos princípios da higiene para que pudessem cumprir seu novo dever patriótico e sua função social de ‘aperfeiçoar’ a raça.” (1999, p. 109). Assim a maternidade deveria estar baseada em habilidades desenvolvidas e em conhecimentos especializados.

Com a finalidade da proteção à saúde infantil, a puericultura foi utilizada principalmente pelos médicos que se dirigiam, sobretudo, às mulheres, pois vigoravam os papéis sociais tradicionais que destinavam a elas o casamento e a maternidade. Era oferecido a elas um amplo e diversificado estoque de ensinamentos técnicos para guiar a conduta no cuidado das crianças. Foi então que os ensinamentos baseados na puericultura tornaram-se uma medida importante na sua finalidade aplicada de induzir a gerar crianças sadias, preservando, conservando ou restaurando a sua normalidade e saúde. Nesse sentido, a puericultura implicava nas técnicas de medidas preventivas dedicadas à promoção da saúde infantil desde a gestação (ROCHA, 1947).

A partir do domínio desse arsenal científico, as mulheres estariam, supostamente, aptas a desenvolver o que era considerado como uma nobre missão configurada a partir do cumprimento do papel materno. Nesse sentido, as novas ideias científicas opunham-se às iniciativas tradicionais ensinadas por parteiras, vizinhas ou parentes, consideradas, em sua maioria, malélicas para a saúde e para a vida infantis, conforme a prática escriturística dos médicos.²

AS ORIENTAÇÕES SOBRE A PUERICULTURA NO PIAUÍ

As ações de saúde pública no Piauí eram bastante limitadas até os anos de 1920. Sobre isso, o governador do estado, João de Deus Pires Leal, afirmou que era “[...] desconhecida a acção da Saúde Pública. Simples repartição burocrática não tem, nem póde ter, actuação no nosso meio.” (MENSAGEM, 1929, p. 70). Nesse sentido, é possível entender que a efetividade do atendimento de saúde materno-infantil ainda não tinha condições de ser viabilizada no referido contexto. A organização administrativa, a estruturação e o funcionamento dos serviços de saúde pública começaram a ser dinamizados a partir da década de 1930.

Uma das principais ações verificadas no sentido de preparar as mulheres para o exercício daquilo que os médicos denominavam como uma maternidade competente foi o ensino dos conhecimentos da puericultura durante a formação escolar, muitas vezes atrelados às noções de economia doméstica, higiene e trabalhos manuais. As crianças, mas apenas aquelas do sexo feminino, aprendiam desde cedo nas instituições escolares as primeiras noções sobre como deveriam agir para serem futuras esposas, donas de casa e mães. Esse aspecto demonstra como o espaço escolar é generificado, contribuindo de forma relevante para a construção de formas específicas de atuação social por meio de papéis femininos que tinham como centro a constituição e preservação do modelo de família nuclear (LOURO, 2006). Sobre isso, em uma notícia veiculada no jornal Diário Oficial do Piauí foi escrito o seguinte:

Nas escolas modernas existe o louvavel empenho de ensinar às creanças noções geraes de hygiene. As meninas maiores aprendem, em cursos especiaes, hygiene do lar e, sobretudo puericultura, afim de melhor se conduzirem quando mães. Tambem entre nós esta educação vem sendo iniciada. Muitas mães guiam inteligentemente o trato dos filhos porque receberam estas importantíssimas instucções nas escolas que frequentaram. (EDUCAÇÃO sanitária das mães, 1937, p. 5).

Segundo a informação, a adoção do ensino da puericultura seria uma condição verificada apenas em instituições escolares que possuíam um caráter moderno, pois significava uma iniciativa considerada inovadora naquele contexto. Um indicativo disso é que no Piauí ela foi transformada em disciplina do currículo escolar, e uma das instituições em que isso ocorreu foi a

Escola Normal Oficial de Teresina. Era um componente curricular direcionado apenas para o público feminino da instituição formado pelas normalistas.³ O programa curricular do ano de 1932 foi oficializado no Decreto n.º 1.358, do qual apresentamos um fragmento:

I-Definição. Importância social do estudo da puericultura. Natalidade e mortalidade infantil. Principais causas do obituário infantil. II- Higiene do recém-nascido. Particularidades anatômicas e fisiológicas. Alimentação. Equilíbrio e marcha. III- Dentição. Ordem e época do aparecimento dos dentes. Acidentes de dentição. Superstições em torno da erupção dentária. IV- Vacinação. Regras e prática. Ação sobre a criança. V - Desenvolvimento corporal na 1ª infância: curvas de estatura e peso. Jogos infantis, recreativos e ginásticos, a dança. Vida ao ar livre. VI- Sub alimentação. Degenerecencia física e mental. VII- Evolução intelectual na primeira infância. Linguagem. VIII- Disciplina na 1ª infância. Hábitos higiênicos [...] (1932, p. 8).

Pode-se identificar que o currículo da disciplina de puericultura abrangia uma série de conhecimentos baseados no conhecimento médico sobre a promoção da saúde a partir do desenvolvimento considerado como desejável para o período inicial da infância. A preocupação com as elevadas taxas de mortalidade infantil resultantes da alimentação incorreta, escassos cuidados de higiene e falta de acompanhamento médico eram discutidos com destaque no decorrer da disciplina escolar.

Esse tipo de matéria era ministrado por médicos que tratavam de ensinar às jovens algumas noções mais teóricas e até procedimentos cotidianos no cuidado das crianças. Faziam parte dos ensinamentos a higiene pré-natal, as noções de fisiologia e anatomia, o desenvolvimento motor e estatural, cuidados com o recém-nascido e com o lactante em relação a alimentação, higiene, passeios, vacinas e principais doenças, neurose da maternidade, mortalidade infantil, importância da assistência médica, entre outros (MARINHO, 2021).

Também é importante observar que as mulheres deveriam ter conhecimento geral sobre o desenvolvimento da dentição, do peso e da estatura, da importância da atividade física e entender sobre a progressão do desenvolvimento intelectual, a referência da educação escolar e a importância da disciplina para a educação infantil. A existência da formação específica da puericultura somente para as mulheres revela, mais uma vez, que o espaço escolar funcionava como produtor de diferenças ao formar feminilidades construídas culturalmente em um meio social determinado, não sendo uma condição biológica inerente a cada sexo (SCOTT, 1995). A educação atuava como uma prática social que servia para a constituição e instituição dos sujeitos.

A Escola Normal também oferecia um curso de puericultura gratuito que era ministrado durante os finais de semana na própria instituição. Inicialmente ele poderia ser frequentado somente pelas normalistas, como aprofundamento da disciplina de puericultura, que constava da grade curricular do Curso Normal. Isso revela que o tema era recorrente na formação feminina, demonstrando sua importância. No trecho a seguir, o médico pediatra Olavo Corrêa Lima, que ministrava o referido curso, o qual também era sugestivamente chamado de Escola de Mãezinhas, explicava as suas finalidades para a formação feminina:

O vosso curso normal não visa apenas a formação de professoras, mas dar-vos uma robustez intelectual e moral indispensável à vossa futura vida conjugal, de que depende quasi todo o futuro da nação. No vasto programa de vossa educação ao lado dos conhecimentos humanitários, do estudo técnico-profissional, da educação física, moral e estética, da economia doméstica e da pedagogia, como futura mãe, deveis ter conhecimento de puericultura, necessário não somente a vós próprias (puericultura pre-natal), muito especialmente à criação de vosso futuro filho, organismo tenro e indefeso, cujo futuro está na vossa estrita dependencia. (CURSO de Puericultura na Escola Normal, 1940, p. 5)

Por ter a formação de médico pediatra, Olavo Corrêa Lima, intentava constituir a sua autoridade para legitimar o discurso sobre a puericultura como um conjunto de práticas científicas que visavam preparar as mães com os conhecimentos necessários para assegurar às crianças o desenvolvimento normal, desde a gravidez até o período da primeira infância. Essa preparação para o exercício de uma nova maternidade incluía informações sobre a fisiologia, a alimentação adequada, as regras de higiene e a importância do acompanhamento dos médicos.

Nesse sentido, Olavo Corrêa Lima, assim como vários de seus colegas médicos, defendiam que os conhecimentos de puericultura contribuiriam de forma efetiva para que as normalistas, depois que se casassem e comesçassem a constituir suas famílias, pudessem utilizar os procedimentos científicos para exercer a tarefa da maternidade de forma competente, pois elas saberiam cuidar corretamente de seus filhos utilizando os conhecimentos que supostamente seriam suficientes para preservar a saúde e favorecer seu correto desenvolvimento físico e mental (FREIRE, 2009). Cumprindo com essa responsabilidade, as futuras mães desempenhariam a tarefa patriótica de contribuir para o progresso futuro, não somente do Piauí, mas também da própria nação.

Nos anos 1940, a implementação dos Cursos de Puericultura passou a atender às determinações do Departamento Nacional da Criança (DNCr), representado no Piauí pela sua seção estadual. A partir dessa iniciativa centralizadora, em todo o Brasil passariam a ser oferecidos cursos de formação de mãezinhas dentro e fora das Escolas Normais, não mais apenas para as normalistas, mas para todas as mulheres que tivessem idade para preparar-se para o matrimônio e a maternidade. Segundo o anúncio de um desses cursos, veiculado em um jornal piauiense, pode-se observar que a clientela a ser atendida foi ampliada: “Trata-se de um curso livre, essencialmente prático, podendo ser frequentado por todos aqueles que se interessem pelo assunto.” (ESCOLA das Mãezinhas, 1942, p. 8). Isso pode ser entendido pela necessidade de formar o maior número possível de mulheres provenientes de variados segmentos sociais, pois acreditava-se que a instrução baseada em procedimentos práticos a partir dos modernos ensinamentos da puericultura seriam fundamentais para salvar a vida das crianças e garantir o desenvolvimento saudável.

A defesa da importância das instruções médicas a partir da puericultura, visando o preparo adequado das mães para o cuidado com as crianças, era partilhada por vários médicos piauienses que se preocupavam com a gravidade do assunto, que adquiria estatuto de problema nacional. Isso pode ser identificado no posicionamento do médico Vitorino de Assunção, do Departamento de Saúde do Piauí, que foi veiculado no artigo denominado “Mortalidade infantil em Teresina: defesa sanitária da criança,” na Revista da Associação Piauiense de Medicina:

Observa-se que entre as causas de morte, no primeiro ano de vida, figuram em primeira linha as diarreias e as enterites. Não obstante a prática usual de amamentação em seio materno, nas classes pobres, é freqüente o uso intempestivo, de permeio, de mingaus de farinha seca. É o pauperismo aliado à ignorância dos progenitores. (1939, p. 17).

Para o médico, a mortalidade infantil era um grave problema que ocorria no Piauí, mas também em todo o Brasil, tornando-se motivo de preocupação. A alimentação incorreta seria uma das causas mais relevantes para os elevados índices de óbitos na infância, principalmente nos setores sociais mais pobres, que viviam em condições insalubres e com dificuldade de acesso às orientações de higiene e puericultura (MARINHO, 2018). Segundo a concepção médica, os conhecimentos científicos da puericultura sobre a saúde na infância trariam resultados positivos. Isso parece ter ocorrido, apesar de todas as dificuldades inerentes, pois segundo Marcílio (2006, p. 245) “Os resultados dessa cruzada nacional começaram a mostrar timidamente seus frutos depois da década de 1930, quando os índices de mortalidade infantil passaram a registrar ligeira queda.”

No Piauí também era comum a organização de eventos culturais que colocavam em destaque as discussões em torno de questões vinculadas à puericultura. Isso acontecia por meio de discursos, palestras e conferências sobre temas considerados importantes para o desenvolvimento nacional a partir da saúde infantil. Um exemplo desse tipo de prática foram as comemorações que

fizeram parte do calendário da Semana da Criança durante o ano de 1931 em Teresina. O programa das palestras, veiculado no jornal Diário Oficial do Piauí, identificava o caráter do evento que era organizado pelo Departamento de Ensino do Piauí:

[...] - 12 de outubro: Dia da Criança - Dia da Raça - destina-se a lembrar a cada um que a nação forte é aquela que tem filhos fortes - Pelo professor Martins Napoleão, catedrático do liceu Piauiense. 13 de outubro: - Dia do Latante: milhares de crianças morrem entre 0 e 1 ano as mais das vezes pela falta de observância das noções mais elementares de puericultura - pelo Dr. Pires Gayôso, professor do “Ginásio municipal S. Francisco de Sales” [...] 18 de outubro: - Dia das Mães - Dar filhos fortes à nação é a mais nobre manifestação do patriotismo da mulher - Pela professora Firmina Sobreira Cardoso, catedrática da Escola Normal. (SEMANA da Criança, 1931, p. 7).

Nas palestras que compuseram as comemorações da Semana da Criança é possível perceber que alguns educadores e médicos discursaram sobre vários temas que tinham a condição infantil como tema. Foram discutidas questões como a relevância da preservação e da defesa da infância para a nação brasileira, pois se defendia que através da promoção do desenvolvimento saudável seria possível alavancar o progresso do país e também a importância da puericultura para a solução do problema da mortalidade infantil com taxas elevadas; além disso, também foi abordado que seria necessária a participação das mulheres no desempenho da missão patriótica do exercício competente da maternidade. De acordo com a organização do evento, essas palestras eram dirigidas ao público em geral, mas principalmente para aquele formado por mulheres. Tratava-se de uma assistência que não era escolhida aleatoriamente, uma vez que as prescrições feitas pelos palestrantes cabiam a uma responsabilidade que se julgava como estritamente feminina.

Também ocorriam conferências ministradas por médicos pediatras, visando atingir um público mais amplo não somente na capital, mas também nas cidades do interior do Piauí. Um exemplo disso foi a palestra promovida por Aduino de Rezende no município piauiense de Piri-piri em 1933. Esse evento contou com a presença de mais de trezentas pessoas, acontecendo nas dependências da sede da Prefeitura Municipal da pequena cidade, explicitando que os poderes públicos municipais também eram frequentemente parceiros dos médicos. A seguir, na notícia do jornal Diário Oficial do Piauí, é possível identificar os assuntos que foram abordados na ocasião:

Depois de fazer uma ligeira explanação sobre a criança normal lamentou o fato lamentável da diminuição da alimentação natural, entre nos, costume este tão prejudicial á criança. [...] comprovando o número superior de óbitos dentro do primeiro ano de vida, em crianças alimentadas artificialmente. Em seguida ensinou praticamente a maneira de administrar os alimentos ás crianças de até dois anos de idade, sendo nessa ocasião, distribuídos diversos cartazes ilustrados sobre alimentação, tabélas de pêso, etc.[...] Falou, ainda, sobre higiene da habitação, higiene da roupa, higiene corporal e diversos outros cuidados indispensaveis á criança. (PEDIATRIA e higiene infantil, 1933, p.1).

De acordo com o médico Aduino de Rezende, era urgente que o costume popular da alimentação artificial fosse abandonado em prol da amamentação em seio materno, especialmente no primeiro ano de vida, pois aquela traria muitos problemas para o correto desenvolvimento infantil, sendo extremamente prejudicial para a saúde. Também era necessária a introdução considerada como cientificamente correta da alimentação artificial das crianças após a fase da amamentação exclusiva, bem como que fosse realizada a escolha dos alimentos de forma racional à medida que a criança fosse crescendo. Outra temática presente na palestra foram as prescrições para que as mães cuidassem de forma especial da higiene infantil, visando prevenir uma série de

enfermidades que poderiam ser graves para o organismo. Uma vez que a criança era considerada como um ser indefeso e vulnerável, dependia essencialmente do desvelo materno, público para o qual as orientações de puericultura eram endereçadas.

Uma outra forma de instrução das mulheres de acordo com os critérios da puericultura eram os concursos de robustez infantil. Nas comemorações da Semana da Criança de 1945, em Teresina, ocorreu uma programação que incluiu eventos como: palestras de médicos e professores em prol do zelo com a infância, campanha de obtenção do registro civil de nascimento e também um concurso de robustez infantil realizado na Casa da Criança.⁴ “À hora marcada, achavam-se presentes numerosas senhoras trazendo ao colo vivazes bebês para a prova de robustez. O julgamento foi confiado a três conhecidos médicos [...]” (SEMANA da Criança, 1945, p. 3). Esse evento contou com a presença de profissionais de saúde, mais especificamente dois médicos pediatras e uma enfermeira, pois caberia aos médicos, auxiliados pela enfermeira, a avaliação da saúde das crianças concorrentes. Para isso, todos os participantes deveriam passar por medições de tamanho e também teriam que ser pesados de acordo com os padrões estabelecidos, além disso, deveriam ser observadas a dentição, a higiene e o desenvolvimento motor adequado, ações que revelariam o estado geral de saúde da criança no final da avaliação.

Os concursos de puericultura costumavam ser bastante populares e também concorridos, devido à quantidade de pessoas presentes no local para disputar ou simplesmente assistir ao evento. As crianças vencedoras representavam aquelas que, naquela ocasião, mais se aproximavam do modelo defendido pelos médicos da época como um ideal de desenvolvimento saudável. Isso seria atingido mediante o cuidado das mães com a observância das instruções de puericultura, que se referiam principalmente à alimentação e à higiene.

No estado do Piauí, a questão do desenvolvimento infantil, de acordo com o padrão nacional, era problemático em virtude das condições de aplicação deficitárias das políticas públicas de assistência à saúde por causa das condições financeiras do estado, mesmo com a ajuda do governo central, e também devido à própria resistência das mães em cuidar dos filhos conforme as instruções dos médicos. Nesse sentido, os concursos de robustez infantil tinham como finalidade a propagação dos padrões científicos na criação dos filhos, pois incentivavam as mães a seguirem os cuidados divulgados pelos médicos.

O referido concurso realizado em Teresina em meados da década de 1940 foi promovido pelos governos central e local, em associação com a iniciativa filantrópica. Sua realização justificava-se porque, para além da medicina clínica propriamente dita, a saúde pública também incluía a medicina preventiva. Nesta questão reside um aspecto de importância para a análise das ações políticas implementadas no campo da saúde pública no Brasil. Em torno das concepções de prevenção, definiram-se estratégias de ação que, por sua vez, tornavam-se de grande relevância devido às práticas populares de cura realizadas por parentes, vizinhas e comadres, além da ação de parteiras e rezadeiras, todas elas bastante criticadas pelos médicos e governos por, supostamente, utilizarem conhecimentos baseados na superstição e na ignorância, servindo para comprometer a saúde e mesmo a vida das mães e de seus filhos.

Os ensinamentos baseados nas noções de puericultura também eram repassados para as mães por meio de enfermeiras visitadoras que faziam visitas principalmente nas casas onde existiam crianças que estavam na faixa etária da primeira infância. Isso revela uma tentativa de efetivação dos serviços de saúde do estado para a manutenção de crianças saudáveis, tendo em vista que as mães, muitas vezes, não procuravam os estabelecimentos de saúde. O objetivo mais importante nesse sentido era o de estabelecer a instrução materna sobre uma série de cuidados que visavam a prevenção para condições comuns na infância que poderiam debilitar o organismo infantil como a desidratação, a desnutrição e as verminoses, fazendo com que sucumbissem diante de doenças como a gastroenterite, a pneumonia, o sarampo e tantas outras. Em virtude disso, as mães eram instruídas acerca da alimentação correta, da higiene e da importância em buscar os serviços médicos de assistência infantil para que houvesse o devido acompanhamento do desenvolvimento das crianças conforme a faixa etária.

A instrução das mães também ocorria durante as consultas e os exames realizados em postos de Puericultura, em lactários, em centros de saúde e hospitais, que forneciam assistência no cuidado da saúde das mães e de seus filhos. De acordo com dados do Departamento de Saúde Pública do Piauí, na década de 1940 os serviços de saúde eram realizados nos centros de saúde

das cidades de Teresina, de Parnaíba e de Floriano, além de também estarem disponíveis em dezesseis postos de higiene localizados em diferentes pontos do interior do estado. No período de 1934 até 1942 ocorreu um aumento de seis para vinte e nove estabelecimentos de saúde, indicando que a oferta de serviços de saúde pública no estado passou por um importante desenvolvimento. Os atendimentos médicos direcionados para as mães e os seus filhos que funcionavam nessas instituições de saúde do Piauí estavam divididos em setores: o Serviço de Higiene da Criança (Pré-Natal), o Serviço de Higiene Infantil, o Serviço de Higiene Pré-escolar, o Serviço de Higiene Escolar, o Serviço de Enfermeiras Visitadoras, o Serviço de Gestantes e o Serviço de Lactário (MARINHO, 2018).

CONCLUSÃO

O objetivo do artigo foi analisar as informações, os conselhos e as instruções de puericultura que eram realizadas nas escolas, domicílios e estabelecimentos de saúde para a orientação de mulheres que já exerciam a maternidade ou que futuramente deveriam tornar-se mães, conforme aqueles que acreditavam na naturalização desse papel, no Piauí de 1930 a 1945. É possível identificar que as ações de saúde pública piauienses eram praticamente inexistentes até os anos de 1920. Dessa forma, a sistematização e implementação de uma política de orientação sobre a preservação da saúde infantil ainda não tinha condições de ser viabilizada naquela época. A organização administrativa, a estruturação e o efetivo funcionamento dos serviços de saúde pública começaram a ser implementados a partir da década de 1930, foi quando os poderes públicos do Estado passaram a preocupar-se efetivamente com a importância da defesa e do amparo da maternidade e da infância.

Configurou-se no século XIX a ideia de que a criança seria a responsável pelo progresso do Brasil, por isso a sua proteção seria responsabilidade dos poderes públicos. No entanto, foi apenas durante o governo de Getúlio Vargas que isso ocorreu efetivamente na área da saúde com a sistematização e a implementação de ações específicas no país. A proteção infantil adquiriu caráter efetivo com a sistematização e a implementação das ações do governo central pelos poderes públicos locais no Piauí, sobretudo durante a Interventoria estadual de Leônidas de Castro Mello. Entre as iniciativas realizadas na área da conservação da saúde estavam a preparação das mulheres para o exercício da maternidade competente com base nos conhecimentos da puericultura, propagados pelo setor médico. Isso ocorria por meio do ensino de procedimentos cotidianos de cuidados com as crianças, visando disciplinar aspectos como a alimentação considerada adequada, a observância das práticas de higiene e o acompanhamento médico.

A preparação das mulheres foi intensificada com o objetivo de instrução para uma maternidade científica a partir dos conhecimentos em puericultura. Isso ocorria por meio de iniciativas tais como: disciplinas que faziam parte da educação escolar, cursos ministrados por médicos, palestras sobre o bem-estar das crianças e concursos de robustez infantil. Além disso, os ensinamentos baseados nas noções de puericultura também eram repassados para as mães por meio das enfermeiras visitadoras e médicos durante as visitas domiciliares, além das consultas e dos exames realizados em instituições como postos de higiene, lactários, centros de saúde e hospitais, tanto de caráter geral, como também especializado, que serviam para cuidar das crianças. Esses procedimentos tinham como objetivo a promoção e a conservação da saúde em um período em que a mortalidade infantil atingia índices elevadíssimos principalmente nos primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Wilson Castello de. *Higiene e Puericultura*: noções práticas de medicina preventiva. Belo Horizonte: Edições Júpiter, 1971.
- ASSUNÇÃO, Vitorino de. Mortalidade infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n. 1, p. 10-21, 1939.
- BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade*: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CURSO de Puericultura na Escola Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano X, n. 185, p. 5, 17 ago. 1940.

- EDUCAÇÃO sanitária das mães. *Diário Oficial*, Teresina, ano VII, n. 185, p. 5, 23 jan. 1937.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ESCOLA das Mãeszinhas. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 96, p. 8, 4 maio 1942.
- FONSECA, Cristina. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- FOUCAULT, Michael. O Nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p 79-98.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online], v. 18, supl. 1, p. 199-225, 2011. Acesso em: 9 jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500011>>.
- GESTEIRA, Raymundo Martagão. *Puericultura*. Rio de Janeiro: Pan-americana, 1945.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443- 479.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares Marinho. “Manter Sadia a Criança Sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)*. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Entre a benemerência e as políticas públicas: a atuação da Liga Baiana contra a mortalidade infantil no começo do século XX. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 43-60, 2. sem. 2005.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. *Diálogos*, Maringá, v. 12, n. 2/3, p. 209-235, 2008.
- PEDIATRIA e Higiene Infantil. *Diário Oficial*, Teresina, ano III, n. 15, p. 1, 19 jan. 1933.
- PIAUHY. Decreto nº 1.358, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. *Diário Oficial*, Teresina, anno II, n. 60, p. 3-16, 4 de mar. de 1932.
- PIAÚÍ. Decreto-Lei nº 708, de 15 de setembro de 1943. Autoriza a compra de um terreno para a construção da Casa da Criança. *Decretos do Piauí de 1943*. Teresina: Imprensa Oficial, 1943.
- PIAUHY. Governo 1928-1930. *Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí, a 1º de junho de 1929, pelo Governador, Exmo. Sr. Dr. João de Deus Pires Leal*. Teresina: Imprensa Oficial, 1929.
- ROCHA, José Martinho da. *Introdução à história da Puericultura e Pediatria no Brasil*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1947.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1995.
- SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, anno I, n. 226, p. 7, 10 out. 1931.
- SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano XV, n. 128, p. 3, 20 out. 1945.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ A medicina no Brasil, mesmo quando conseguiu ter autoridade reconhecida, só atingiu a pequena parcela branca e abastada, ficando a grande maioria da população a socorrer-se prioritariamente com práticas não regulamentadas, pelo menos até meados do século XX. Portanto, não havia uniformização da medicalização, termo utilizado em referência à crescente apropriação dos modos de vida da população pela medicina. (FOUCAULT, 1996).
- ² Para Certeau (2005), este poder, essencialmente escriturístico, não contesta apenas o privilégio do nascimento, mas define o código da promoção socioeconômica. Domina, controla ou seleciona, segundo suas normas, todas e todos que não possuem esse domínio da linguagem.

-
- ³ Nesse período, a Escola Normal Oficial instalada em Teresina possuía grande prestígio na sociedade local e atingiu sua consolidação como principal instituição piauiense de formação feminina na área docente. O Curso Normal profissionalizava para o exercício da função de professora primária, mas também preparava as jovens para o exercício das funções de esposa e de mãe. (MARINHO, 2021).
- ⁴ A associação filantrópica denominada Legião Brasileira de Assistência (LBA), através da Comissão Estadual do Piauí, inaugurou a Casa da Criança em Teresina no ano de 1943. Tratava-se de uma instituição que prestava serviços de fornecimento de alimentação, cuidados médicos, cursos de puericultura e outras iniciativas que visavam o bem-estar infantil dos setores sociais pobres. (PIAUI, 1943).

Recebido em março de 2021
Aprovado em julho de 2021